



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS

RELAÇÕES ENTRE A QUEDA DE ROMA E A FORMAÇÃO DOS NOVOS REINOS
GERMANOS: INFLUÊNCIAS DA AUTORIDADE, DO DOMÍNIO E DO PODER
MILITAR SOBRE A QUEDA DE ROMA

ROODNEY FELIX BORGES

DRE: 111203638

Rio de Janeiro

2019

ROODNEY FELIX BORGES

RELAÇÕES ENTRE A QUEDA DE ROMA E A FORMAÇÃO DOS NOVOS REINOS
GERMANOS: INFLUÊNCIAS DA AUTORIDADE, DO DOMÍNIO E DO PODER
MILITAR SOBRE A QUEDA DE ROMA

Monografia submetida à Faculdade de Letras
da Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Letras na habilitação
Português/Latim.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Thereza Basilio Vieira

Rio de Janeiro
2019

CIP - Catalogação na Publicação

B732r Borges, Roodney Felix
 RELAÇÕES ENTRE A QUEDA DE ROMA E A FORMAÇÃO DOS
 NOVOS REINOS GERMANOS: INFLUÊNCIAS DA AUTORIDADE,
 DO DOMÍNIO E DO PODER MILITAR SOBRE A QUEDA DE ROMA
 / Roodney Felix Borges. -- Rio de Janeiro, 2019.
 33 f.

 Orientadora: Ana Thereza Basilio Vieira.
 Trabalho de conclusão de curso (graduação)
 Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
 de Letras, Bacharel em Letras: Português - Latim,
 2019.

 1. Império romano. 2. Queda. 3. Poder militar.
 4. Autoridade. 5. Domínio. I. Vieira, Ana Thereza
 Basilio, orient. II. Título.

Dedicatória

À minha família, que sempre esteve presente, junto comigo em todos os momentos, fáceis e difíceis, bons e ruins.

À minha orientadora, Ana Thereza, cuja paciência excedeu todos os limites. Muito obrigado por ser uma professora tão boa, cuidadosa e exigente. A Senhora nos ajuda a encontrar o nosso melhor. Muito, muito obrigado.

E por fim, mas não menos importante, aos meus amigos Denise Roriz e Danilo Julião, pelo apoio tanto material quanto moral, sem os quais eu não teria conseguido realizar este trabalho.

RESUMO

O texto apresenta uma proposta de análise sobre as relações da queda do Império Romano Ocidental, baseando-se no poder militar e como esse foi exercido, tanto pelo Senado romano, inicialmente e depois pelos *principes* e, posteriormente, pelos *domini*, no Império Romano, até Diocleciano. Falar-se-á, de princípio, de questões abordando tanto a organização militar – fio condutor da hipótese de que esta se torna o verdadeiro fator que leva a constantes conflitos, guerras civis e sucessões abruptas –, quanto das unificações realizadas para a sustentação do Império. Entretanto, parar-se-á antes do período de Constantino, devido às limitações espaciais desta pesquisa, quando relacionadas a um tema tão complexo. Para alcançar o objetivo desta empreitada, foi utilizado um número expressivo de autores clássicos, como Políbio ou Dión Cássio, para o gênero em questão, acrescido do auxílio de historiadores modernos, como Lot (1980), Grant (1967) e Courcelle (1955), que funcionaram como base inicial para o desenvolvimento do tema em estudo, com os autores clássicos assumindo a predominância após o estabelecimento do tema em questão.

Palavras-chave: Império romano; queda; poder militar; autoridade; domínio; bárbaros.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. Introdução | 07 |
| 2. A queda de Roma | 10 |
| 2.1 A República romana | 12 |
| 2.2 O fim da República | 16 |
| 2.3 Principado, guerras civis e <i>dominatio</i> : prenúncio do fim | 23 |
| 3. Conclusão | 30 |
| 4. Referências bibliográficas | 32 |

1. Introdução

O objetivo desta pesquisa é observar como a queda do Império Romano do Ocidente e os elementos que a circundam permitiram aos povos bárbaros germânicos se instalarem em regiões antes pertencentes ao Império e ainda formarem reinos próprios, que acabariam eventualmente por se tornar as bases do que, futuramente, seriam os países europeus atuais.

Obviamente, esse período de tempo é muito extenso e não será possível alcançar todo o objetivo do trabalho apenas nesta monografia. O que se propõe, entretanto, é que se indiquem aqui as bases para futuras pesquisas que continuarão a aprofundar o assunto tratado.

Este documento focar-se-á naquilo que consideramos um ponto essencial para os acontecimentos que se desenrolaram em Roma: a importância do poder militar e de quem exercia a autoridade e domínio sobre esse poder, para que Roma se tornasse o que se tornou e caísse como caiu (sua parte ocidental, ao menos).

Ao ser reestruturado por Caio Mário, esse poderio exacerbou problemas já existentes no Império Romano, levando a um desenrolar que se mostraria inicialmente brilhante – em todas as suas conquistas, até a extensão máxima do Império –, mas que, por fim, revelou-se fatídico para o domínio romano.

Estes problemas não foram resolvidos, apenas atenuados e metamorfoseados, até o momento que, por meio de pressão externa estrangeira, possibilitada por transtornos internos, tornou-se insustentável sua existência, enquanto nação competitiva com os novos tempos surgidos, sendo dominada pelos povos estrangeiros, bárbaros, e vendo decretada a queda de sua parte ocidental¹.

Os problemas romanos eram políticos, ou seja, relacionados à *polis*, à cidade, e a tudo que a circunda; à convivência em sociedade². Por isso, falar-se-á, no primeiro subcapítulo do trabalho, intitulado “A República romana”, sobre sua formação, desde a fundação mítica por Rômulo, a tomada do poder pelo Senado, que dominou a relação binária com o povo romano, com mão pesada – especialmente após as Guerras Púnicas –, até que, como será exposto na segunda subdivisão intitulada “O fim da República”, viu sua autoridade e utilidade reduzidas pelo poderio militar levantado por Caio Mário, bem como o poder dos generais nas mãos de

¹ A parte oriental conseguiu se manter até o fim da Idade Média, como Império Bizantino. Entretanto, não foi também sem lutas, mas através de uma grande mudança estrutural interna, que a transformou basicamente em uma monarquia imperial, para onde a parte ocidental também se encaminhava (apesar de ainda não o ser); a diferença é que a parte oriental conseguiu aguentar por mais tempo os avanços estrangeiros, muitas vezes lançando-os sobre a parte ocidental, pela incitação dos bárbaros, para desviar a atenção de sua própria parte.

² Da qual Roma foi pioneira em muitas áreas, progredindo principalmente no conceito de vida e serviço público.

Júlio César, e essa mudança de domínio controlando tanto ideológica como militarmente o Império Romano, durante o Principado de Otávio Augusto, fato que será abordado no último subcapítulo, intitulado “Principado, guerras civis e *dominatio*: prenúncio do fim”.

Esse Principado, todavia, não era perfeito e após a morte de Otávio Augusto, muitas vezes foi ameaçado, mas o *princeps* conseguiu manter o período conhecido como a *pax romana*, que durou até o governo de Marco Aurélio e de seu filho, Cômodo.

A morte de Cômodo deu início a um período de guerras civis de uma sanguinolência exacerbada, cuja sucessão era tão rápida que um par de anos era o máximo a que um imperador podia aspirar, ciente do fato de que sua morte poderia chegar pelas mãos dos seus comandados, quando decidissem escolher um novo comandante.

Isso ocorreu até que Diocleciano assumiu o governo, realizando mudanças políticas e sociais no Império, com vistas a não permitir que o derramamento de sangue se repetisse como dantes. Com ele surgiu a *dominatio*, sistema que substituiu o Principado, com o poder exclusivamente nas mãos do governante e de seus associados mais próximos; foi sob esse sistema de governo que o Império Romano se viu regido até a queda da sua parte ocidental – permaneceu também até o fim da oriental –, séculos depois, quando os bárbaros invadiram militar e politicamente³ os domínios romanos.

Era parte do objetivo deste trabalho, ainda, abordar as numerosas reformas de Constantino e as mudanças culturais e religiosas que este trouxe ao instituir o Cristianismo como religião oficial em uma terra majoritariamente pagã; e ainda abordar as relações, gerais e específicas, entre os bárbaros e os romanos, antes de nos aprofundarmos em cada povo bárbaro específico, suas origens, feitos e os seus rumos após dominarem sobre território romano, concluída a queda da cidade e do poder central, após a morte de Rômulo Augusto. Porém, devido ao escasso espaço para maiores abordagens nesta pesquisa, esses objetivos serão relegados a trabalhos futuros, nos quais esses temas poderão ser abordados mais amplamente.

Quanto à metodologia, esta pesquisa seguirá uma linha literário-histórica, buscando suporte em autores clássicos, tanto em língua latina quanto grega, e traduções destas em português ou em espanhol. Alguns historiadores modernos foram utilizados na pesquisa para esclarecer certos pontos e preencher algumas lacunas históricas.

³ Este fato não será incluído nessa pesquisa, mas os bárbaros exerceram muitas mudanças políticas em Roma e influenciaram seus rumos diversas vezes, dominando sobre imperadores, erguendo-os e derrubando-os, em suma, tratando-os como figuras meramente ilustrativas, através de posições de influência dentro do grupo mais próximo ao imperador (Vd. COURCELLE, 1955, pp. 134-172).

Os autores clássicos utilizados serão em grande quantidade, mas é difícil precisar importância maior a um ou a outro, devido à extensão do período tratado; os historiadores e biógrafos clássicos, entretanto, detêm a predominância. Todavia, serão utilizados autores como Cícero e Horácio. Dentre os autores relacionados à historiografia considerados como de suma importância para a pesquisa, devido ao teor de suas próprias obras, relatando os momentos mais significativos da história do Império romano, podemos contar com nomes como Políbio, Tácito, Eutrópio, Tito Lívio, Salústio, Plutarco, Suetônio, Apiano, Júlio César, Dión Cássio e Herodiano. Grande parte destes será utilizada nos subcapítulos, porém, alguns, como Dión Cássio, Herodiano e Eutrópio, serão mais utilizados na parte final, pois são uns dos poucos autores que oferecem fontes sobre o período, em contraste com os períodos anteriores da República e do Principado; o que reflete o caos do período posterior a estes, na área literária.

Como um suporte de pesquisadores sobre a história romana, tiveram predominância na edificação desta pesquisa três deles: Lot (1980), através de sua obra que focaliza o final do Império Romano do Ocidente e o princípio do período europeu de desenvolvimento dos reinos formados após a queda de Roma, a Idade Média; Grant (1967), cujo objetivo é elucidar o que teria sido o mundo romano; e Courcelle (1955), que aborda o período das invasões bárbaras germânicas. Estes foram a base inicial para o estudo do tema em questão, com os autores clássicos assumindo a predominância em seguida. Porém, outros autores, mais pontualmente, serão também citados, como Beard (2017), nos comentários sobre Caracala, e Giardina (1992), em seus apontamentos sobre o caráter e os costumes do nome *romano*; e outros mais.

É importante apontar que durante a explanação sobre o período das guerras civis durante o Principado, falar-se-á apenas superficialmente sobre os acontecimentos e as sucessões, pois o foco é justamente mostrar a rápida sucessão e a efemeridade que o cargo de Imperador adquiriu. As personagens que realmente servirão de pontos de apoio durante o Principado serão: Otávio Augusto, Marco Aurélio e Cômodo, Sétimo Severo, Alexandre Severo e Diocleciano. Os demais não serão abordados extensamente.

2. A queda de Roma

Antes mesmo de os povos bárbaros⁴ – ou seja, estrangeiros, não-romanos e/ou não-gregos – conseguirem, após séculos de invasões, algum tipo de inserção relevante em território romano⁵, este já apresentava sinais de evidente decadência. Por séculos Roma lutava contra seu destino, buscando manter uma unidade, que se tornava cada vez mais difícil de ser assegurada. Unidade não apenas territorial, mas também cultural, econômica e social.

O Império Romano vinha já sofrendo desde o início de sua expansão territorial inicial sobre a Itália, especialmente após as Guerras Púnicas⁶, com a introdução de novos hábitos culturais, resultantes dessa anexação territorial, haja vista que a dominação não vedava aos conquistados a manutenção de seus próprios hábitos culturais, religiosos ou políticos. Os romanos tinham grandes dificuldades de lidar com as diferenças geradas pela enorme quantidade de estrangeiros em terra nacional. Afinal, expandiu muito rapidamente, de uma maneira nunca antes vista na história, sobre um território muito extenso, como diz Políbio (*Hist.* I, 1, 5): “Quem é tão simplório ou leviano que não desejaria conhecer como, e devido a que gênero de Estado, quase todo o mundo habitado foi submetido, em menos de 53 anos, por um único poderio, o dos romanos, algo nunca antes ocorrido?”⁷.

Os romanos tentavam constantemente adequar esses povos aos modos romanos – através da chamada romanização –, ao invés de uma assimilação mútua⁸, como ocorreu do contato com os gregos; tal assimilação, entretanto, seria pouco provável frente a hispanos, gauleses, ilíricos ou dácios e, muito menos, germanos, haja vista que estes se entendiam como culturalmente superiores, além de os demais povos bárbaros, sobre os quais os romanos dominaram, serem tribais e pouco civilizados.

O fim da República representou também o fim da igualdade política entre os cidadãos romanos, já que o governo passou a girar em torno do príncipe, *princeps*, e, posteriormente,

⁴ Pelo termo *barbarus*, pode-se entender: “Bárbaro; estrangeiro (que não é grego, que não é romano); rude; inculto; grosseiro; desumano; cruel”, segundo TORRINHA, 1942, p. 98. Ainda, conforme GLARE (2016, p. 247): “de ou pertencente a um país ou região estrangeiros, estrangeiro (de um ponto de vista grego, não-grego; adotado pelos romanos para abranger qualquer coisa não grega ou romana); de ou pertencente a um estrangeiro; usado por, ou típico de, estrangeiros” (Tradução nossa).

⁵ Como o estabelecimento dos Godos na Dácia (Cf. COURCELLE, 1955, p. 18).

⁶ São as guerras entre Cartago, cidade do Norte da África, e Roma. Houve três Guerras Púnicas, sendo a Primeira entre 264-241 a.C., a Segunda entre 218-201 a.C. e a Terceira, e última, entre 149-146 a.C. O principal autor a expor esse tema foi Políbio (Cf. POLÍBIO, *Hist.* I).

⁷ Trad. de Breno Battistin Sebastiani, in: POLÍBIO, 2016, pp. 47-48.

⁸ A própria história da dominação dos Francos sobre os Galo-romanos e dos Visigodos sobre os Hispano-romanos, depois de convertidos ao Catolicismo niceno, mostrou ser essa forma de contato mais vantajosa em termos práticos.

do senhor, *dominus*⁹, que poderiam ser provincianos. Afinal, o poder passou a ser mais de ordem militar e não exercido por meio de eleições das Assembleias do povo romano, como ocorria até a República. Tácito nos revela tais mudanças políticas em seus *Anais* (I, 2):

Com a morte de Bruto e Cássio desapareceram as forças da República; e com a rota de Pompeu na Sicília, com a *espoliação de Lépido*, e a morte de Antônio, achou-se unicamente César à frente do partido *Juliano*... Nem as províncias levavam a mal esta nova ordem de governo, já de muito antes receosas do império do povo e do senado, o qual império tinha dado causa às guerras civis por a avareza dos magistrados, e por a insuficiência das leis, tantas vezes quebrantadas pela violência, pela intriga, e finalmente por o amor insaciável de dinheiro¹⁰.

Esse poder militar gerou grandes problemas de estabilidade. As diversas guerras civis, especialmente as que ocorreram após a morte de Cômodo (192 d.C.), causaram diversos desequilíbrios políticos, religiosos ou culturais no Império Romano. Houve Imperadores de origem provinciana alçados ao e derrubados do poder¹¹. Houve, todavia, governos de grandes reformas e muita utilidade pública durante os períodos de alguns desses provincianos de origem, como os Ilíricos. Ocorrem também, ao longo dos tempos, evoluções de caráter social, como a concessão de cidadania a todos os habitantes do Império, proporcionada por Caracala¹². Entretanto, essas evoluções políticas e as evoluções culturais e mentais da população romana não avançaram no mesmo passo.

Os romanos citadinos cada vez mais se engessavam em sua cultura, baseando-se nos antepassados e no que já havia sido produzido, valorizando cada vez mais a reprodução e não a criação. Continuavam, portanto, cada vez mais inclinados a admirarem a si próprios e às

⁹ *Princeps* era o primeiro nome nas listas dos senadores; era o senador de mais prestígio, o principal dentre eles. Augusto formaliza esse cargo e atribui a si mesmo a posição de principal entre os senadores, sendo na prática o chefe do Estado (Cf. LOT, 1980, p. 38). Com a chegada de Diocleciano ao poder, após a Crise do Terceiro Século e uma constante troca de poder — que vinha, desde Aureliano, se focando cada vez mais exclusivamente no exército e apenas na pessoa do Imperador, sem interferência do Senado —, Diocleciano formaliza a posição de *dominus*, ou senhor, para a figura do Imperador, se desvincilhando de vez da figura do Senado (Cf. LOT, 1980, p. 98).

¹⁰ Trad. de J. L. Freire de Carvalho, in: TÁCITO, 1950, pp. 3-4. “*Postquam Bruto et Cassio caesis nulla iam publica arma, Pompeius apud Siciliam oppressus exutoque Lepido, interfecto Antonio ne Iulianis quidem partibus nisi Caesar dux reliquus... neque provinciae illum rerum statum abnuebant, suspecto senatus populique imperio ob certamina potentium et avaritiam magistratum, invalido legum auxilio quae vi ambitu postremo pecunia turbabantur*” (Texto disponível em <http://www.thelatinlibrary.com/tacitus/tac.ann1.shtml>, acessado em 10.02.2019).

¹¹ Como, por exemplo, Caracala; Maximino, o Trácio; Filipe, o Árabe; Emiliano; e outros mais.

¹² Através da *Constitutio Antoniniana*, também conhecida como Édito de Caracala ou Édito de 212 d.C., em que mais de 30 milhões de provincianos se tornaram cidadãos romanos. Talvez isso tenha relação com uma vontade de aumentar a receita de impostos pelo aumento da população romana (Cf. BEARD, 2017, p. 515; e LOT, 1980, p. 116).

suas raízes, se afastando de uma possível amalgamação com as culturas dominadas, especialmente as bárbaras¹³.

Essas barreiras, sentidas em ambos os lados, fizeram com que romanos e bárbaros nunca viessem a se unir culturalmente como povo¹⁴. Até mesmo entre os próprios cidadãos romanos, nascidos em território italiano, havia certa segregação, como entre os camponeses e os cidadãos. Os provincianos, apesar de muito segregados pelos romanos cidadãos da capital, eram também romanos; os cidadãos, entretanto, se consideravam superiores por viverem na região mais civilizada, enquanto os outros eram mais rústicos¹⁵. No entanto, o grande problema com as invasões bárbaras reside no fato de os bárbaros ocuparem, perto do fim do Império Romano do Ocidente, posições de poder, sendo sua imagem amalgamada à do soldado, enquanto que o romano não se submetia mais a essa função, não apenas por lei, mas também por costume. Para os cidadãos romanos, ocupar o exército passou a ser assimilado a algo que deveria ser delegado a estrangeiros. Soldado tornou-se, portanto, sinônimo de *bárbaro*, estrangeiro, perto do final da *dominatio*.

Esse, de fato, pode ser visto como o grande motivo da queda final do Império Romano do Ocidente, o que deu aos bárbaros a capacidade de tomar a forma de governantes sobre populações romanas. Entregou-se aos bárbaros aquilo que elevou os imperadores, e que Sétimo Severo alertou aos filhos que deveria ser mantido sob seu comando: o poder sobre o exército romano.

2.1 A República romana

Roma foi fundada por Rômulo há quase três mil anos. Entretanto, nosso foco aqui não é conhecer a história do povo romano, como narrada por Virgílio, na *Eneida*, mas evidenciar que a cidade de Roma, de origem latina, fundada por Rômulo, veio, em certa altura, a ser dominada, por eleição do povo, por um rei de origem etrusca, Lúcio Tarquínio, da cidade de Tarquínia, vizinha de Roma, tendo a cultura etrusca se ampliado em Roma durante o seu

¹³ Para mais informações sobre o estado final de estagnação das artes e letras, e ainda da cultura, em Roma, especialmente após Constantino, ou a decadência das artes, ver LOT, 1980, caps. VIII e IX.

¹⁴ Indivíduos, entretanto, sempre tinham a possibilidade de serem integrados à sociedade romana, isoladamente, após aderirem à cultura romana e demonstrarem sua utilidade ao povo romano; mas, o estigma do estrangeiro sempre permanecia. Sobre as liberdades e direitos individuais que os romanos outorgavam, cf. as pontuais contribuições de GIARDINA (1992, pp. 12-14) sobre o tema.

¹⁵ Cf. GIARDINA, 1992, pp. 10-11.

reinado. Lúcio Tarquínio Soberbo foi o último rei de Roma, pois seu filho, Sexto Tarquínio, violara a esposa de Lúcio Tarquínio Colatino, mulher pudica e recatada¹⁶:

Quando lhe pareceu que todos dormiam e não corria perigo, tomou a espada e ardendo em desejos aproximou-se de Lucrecia adormecida. Pondo-lhe com força a mão esquerda sobre o peito disse: “Silêncio, Lucrecia. Eu sou Sexto Tarquínio e tenho a espada na mão. Se disseres uma palavra, morrerás”. Perturbada com aquele despertar, a pobre mulher viu-se sem socorro diante da morte iminente. Tarquínio confessou-lhe seu amor. Dirigiu-lhe súplicas, misturou ameaças às súplicas, lutando para perturbar os sentimentos daquela mulher. Diante de sua firmeza que não cedia nem pelo temor da morte, acrescentou ao medo a ameaça de desonra. Ao lado de seu cadáver colocaria o de um escravo estrangulado e nu, para que se dissesse que ela fora assassinada num adultério ignóbil. Com essa ameaça, a paixão criminosa de Tarquínio triunfou da obstinada virtude, e ele partiu contente por ter destruído a honra de uma mulher¹⁷ (TITO LÍVIO, *Ab Vrbe cond.* I, 58).

O caso foi escandaloso e o rei foi escorraçado da cidade. O Senado, formado pelos *patres*¹⁸, era um órgão consultivo do rei, já existente desde a época de Rômulo, e poderoso desde então. Muito interessado no poder, e com aversão a reis, o Senado, desse dia em diante, passou a governar sobre Roma, e assim permaneceria até o fim da República¹⁹.

O Senado e o povo romano²⁰ formavam a estrutura de poder em Roma. Porém, o Senado era, de fato, o centro do poderio romano, formado por uma aristocracia rural, cujo exercício era mantido dentro das mesmas famílias senatoriais originais, apesar de haver certas exceções para algumas famílias e também haver adoções com muita frequência (logo, era possível que se fizesse parte do poder, mesmo não sendo descendente de sangue dessas famílias). Os cargos de senadores eram vitalícios e eles votavam entre si para a escolha de dois cônsules, que ficavam à frente do Estado, eleitos anualmente. Esse Senado era eleito pelas Assembleias do Povo (também denominadas de Comícios²¹), pelos cidadãos romanos, homens livres. A princípio e em teoria, as Assembleias do Povo eram soberanas e o Senado seria um corpo consultivo. Entretanto, como a política externa e financeira, principalmente

¹⁶ Ver a história completa em TITO LÍVIO, *Ab Vrbe cond.*, I, 57-60; e EUTRÓPIO, *Brev. Hist. Rom.* I, 8.

¹⁷ “[58] (...) *amore ardens, postquam satis tuta circa sopitque omnes videbantur, stricto gladio ad dormientem Lucretiam venit sinistraque manu mulieris pectore oppresso "Tace, Lucretia" inquit; "Sex. Tarquinius sum; ferrum in manu est; moriere, si emiseris vocem." Cum pavida ex somno mulier nullam opem, prope mortem imminensem videret, tum Tarquinius fateri amorem, orare, miscere precibus minas, versare in omnes partes muliebrem animum. Ubi obstinatum videbat et ne mortis quidem metu inclinari, addit ad metum dedecus: cum mortua iugulatum servum nudum positurum ait, ut in sordido adulterio necata dicatur. Quo terrore cum vicisset obstinatum pudicitiam velut vi victrix libido, profectusque inde Tarquinius ferox expugnato decore muliebri esset”* (<https://www.thelatinlibrary.com/livy/liv.1.shtml#58>, acessado em 04.03.2019). Trad. Paulo Matos Peixoto, in: TITO LÍVIO, 1989, p. 98.

¹⁸ Os pais da pátria ou os anciãos.

¹⁹ Vd. GRIMAL, 2008, pp. 1-22; GRIMAL, 2009, pp. 13-31.

²⁰ Muitas vezes citado como S.P.Q.R. (*Senatus Populusque Romanus*).

²¹ Vd. TITO LÍVIO, *Ab Vrbe cond.* I, 8, 13, 17.

após a Segunda Guerra Púnica, se tornou muito conturbada, as Assembleias outorgaram a chefia dessas áreas ao Senado; chefia essa que não iria abandonar até que o Principado chegasse com Augusto, à força. Isso tudo na teoria; entretanto, na prática, o Senado era o governante efetivo de tudo relacionado a Roma²².

Ora, o Senado romano veio observando a tendência de manter o poder cada vez mais centralizado em suas mãos, em detrimento da população, da plebe, que acabava sofrendo de seus abusos. Esta se revoltou, em 509 a.C., retirando-se de seu *pomerium*²³, tentando criar uma nova cidade na colina do Aventino, fazendo pressão através da ausência do que tinha de seu: o número, o comércio, o artesanato e outras atividades livres, mas que faziam parte dos *negotia*; sua retirada, portanto, pode ser entendida como uma verdadeira greve, que teve por consequência a criação do cargo de Tribuno da Plebe²⁴. Entretanto, a política ainda era dominada pela aristocracia e o tribuno, apesar de deter certo poder, acabou sendo colocado sob a influência prática do Senado, perto de fins da República, sendo usado em revoltas contra inimigos de senadores e para diversos fins políticos, através da incitação da massa da população.

Com o passar dos séculos, a aristocracia senatorial passou a dominar ainda mais firmemente o governo, reduzindo a população a uma real massa de manobra. Entretanto, durante a República ainda existia representação política e era possível que se mudasse de classe e se chegasse a cargos políticos. Até mesmo filhos de libertos podiam participar da política²⁵. Todavia, isso se perderia mais tarde durante o Principado; não inicialmente, pois no tempo de Augusto e seus sucessores ainda havia bastante mobilidade social e política; mas, próximo ao período de dominação, a aristocracia senatorial já estava reduzida.

A República romana era famosa justamente por sua liberdade individual. Os cidadãos tinham poderes, como o de transformar seus escravos em libertos; direitos, como a *provocatio*²⁶; constituindo, de fato, uma liberdade de vida atrativa até para povos estrangeiros. Isso impulsionava e dava força aos processos de romanização, pois havia um impulso interno que cativava outros a quererem participar dos benefícios dessa cultura. A sociedade funcionava com todos os cidadãos tendo direito de investir em processos legais a seu favor.

²² Vd. GRANT, 1967, p. 15.

²³ Espaço sagrado que determinava os *limites* da cidade.

²⁴ Sobre a origem e o conflito entre patrícios e plebeus e sobre a criação do cargo de Tribuno da Plebe, cf. TITO LÍVIO, *Ab Vrbe cond.* II, 33.

²⁵ Cf. GIARDINA, 1992, pp. 15-16.

²⁶ Trata-se da *Lex Valeria Horatia de provocatio*: uma proteção legal contra decisões capitais e, segundo Cícero (*De Legibus* III, 3, 6), algumas outras menores também, consistindo em submeter o julgamento à assembleia popular (Cf. GIORDANI, 1982, p. 6).

Advogava-se em favor de cidadãos, como o fez tantas vezes Cícero, estabelecendo, assim, uma clientela que exercia força política e que lhe favorecia diante da Assembleia e do Senado. Com isso, era possível manter certa independência em termos de comércio e indústria, por parte da plebe e manter também em funcionamento uma sociedade que espoliava dos seus vizinhos, e que ainda conseguia subsistir por si própria. Diante de todo o caos e das intrigas militares e políticas que sobrevieram a Roma no período do Principado, os atrativos foram reduzidos a pouco e pouco, e Roma não era mais a mesma, perto da queda do Império Romano do Ocidente, tamanhas as mudanças estruturais que sofreu.

O poder do Senado, como vimos, era praticamente total. Este liderava a sociedade desde o final do Reinado de Roma. Porém, o poder encontrava-se onde as pessoas o depositavam. Enquanto isso, o Senado tinha a primazia pelo controle do exército e determinava os rumos das investidas proconsulares, bem como tinha no exército²⁷ um corpo fiel ao todo da República, fiel ao Senado, que determinava seus líderes, mantendo seu poder. Porém, as reformas militares de Mário (c. 107-101 a.C.)²⁸, trouxeram um desequilíbrio fatal para o exercício do poder do Senado. Com tropas a partir de então profissionais, vivendo uma vida e carreira militares, com promessas de uma aposentadoria em forma de terras após o seu serviço completo, se tornaram fieis aos seus generais, que os representavam e aos seus interesses, e não ao corpo consultivo da Assembleia popular. Durante os 70 anos que se seguiram às reformas (até o *fim da República*, c. de 30 a.C.), grandes generais²⁹ construíram suas bases nas lealdades dos soldados, assumiram a proeminência sobre estes, e fizeram com que o Senado perdesse, de todo, o controle sobre as tropas. O Senado manteve seu prestígio, sua clientela, mas perdeu a força, no sentido literal. Os grandes e poderosos senhores da

²⁷ Composto pela população de posses, levantada pelos censos e recrutada apenas em tempos de guerra.

²⁸ Mário, durante a guerra contra Jugurta, sem poder dispor dos soldados recrutados por meio dos censos, ou derrotados ou sob o comando do outro cônsul, aproveitou o que tinha a seu dispor, os *capita censi*, pessoas que não possuíam um número de terras suficiente para entrar no nível menor do censo, nem no serviço militar padrão, baseado neste censo. Ele recrutou esses homens voluntariamente (Cf. SALÚSTIO, *Bel. Iug.* LXXXVI, 2, 3), como soldados profissionais, com os espólios pertencendo a eles próprios (LXXXVII, 1). Ele os treinou desde a base (LXXXVII, 2, 3, 4) e os tornou um exército poderoso, ao mesmo tempo em que oferecia um tempo de serviço definido. Como não faziam parte do censo, não eram recrutados em temporada de guerra, como os do censo e podiam se manter como exército mesmo em tempos de paz. Ele estabeleceu a inovação de que os soldados carregassem seus suprimentos (XCI, 1-3), tornando-os unidades ágeis e móveis, independente do terreno (especialmente lutando na África), bem como os treinou em adotar modos de combate e armas para se adequar aos do adversário, como a modificação dos dardos que fez, quando enfrentou os Cimbrós e Teutões (Cf. PLUTARCO, *Caius Marius*, XXV, 1-3). Baseado nesse sucesso, ele realizou reformas para que o sistema militar romano fosse melhorado; o exército passou a ser uma entidade, não apenas parte da população levantada com base no censo. Os soldados passaram a enxergar como profissão o ofício da guerra. A legião foi modificada com a padronização do legionário e as antigas divisões militares por classe foram abolidas (*velites, hastati, principes* e *triarii*). Ele ainda concedeu cidadania romana a alguns dos soldados que combateram juntamente consigo (XXVIII, 3, 4), o que era considerado ilegal, mas o fez mesmo assim, angariando ainda mais a lealdade das tropas, seu ponto forte.

²⁹ Pompeu e Crasso, e posteriormente César, principalmente, mas houve outros.

guerra, gozando de todo o benefício da lealdade de suas tropas puseram, de fato, fim à República.

2.2 O fim da República

O exército, formado pelas reformas de Mário, que encabeçou o partido populista de Roma, foi não só a causa de a República se tornar Principado, como também foi, ao final de tudo, um dos grandes responsáveis pelas diversas crises intestinas que Roma viria a enfrentar. Essas reformas mudaram completamente a maneira como o exército romano funcionava. Antes, o exército era formado pela própria população, que comprava seus próprios equipamentos, separados em hierarquias, de acordo com suas posses, e levantados conforme a necessidade de guerra. Mário, porém, profissionalizou o exército romano, estabelecendo uma carreira definida e um tempo de serviço. Após seu longo tempo de consulado, em um total de sete mandatos, Mário acabou por mudar a maneira como o exército romano se organizava e como os soldados se viam diante da sociedade, criando um forte sentimento de pertencimento a esta classe³⁰, transformando-os em soldados de carreira, que passaram a ser mais dependentes de seus generais do que do Estado³¹.

Roma, então, conseguiu ter generais fortes, com tropas fiéis, mas que lutavam uns contra os outros pelo poder. O Senado não determinava mais os rumos do exército como antes, mas as lealdades dos soldados. O poder mudava de mão, a princípio como algo temporário, pois Sula³² buscou fazer o possível para ressuscitar o Estado romano. Entretanto, as medidas por ele tomadas não foram suficientes para evitar o que viria a ser o fim da República, pelo menos a dominada pela aristocracia senatorial, pois Roma, durante o Principado, continuava, em teoria, a ser uma república.

Após ser derrotado por Sula, Mário passou um período de exílio e, aproveitando a ausência de Sula, na guerra contra Mitridates, passou à espada um grande número de seus inimigos políticos em Roma, fazendo-se cônsul pela sétima vez, morrendo poucos dias depois, de doença. Sula, ao retornar da guerra, buscou, de forma sangrenta, reestabelecer a

³⁰ O que em si já era uma inovação, pois não existia classe militar, mas a população e os comandantes, procônsules, que faziam parte da relação binária povo-aristocracia; existia, porém, a ordem equestre, uma classe inferior da aristocracia, capaz de se armar com cavalos, conforme suas posses.

³¹ Cf. LOT, 1980, p. 23.

³² Lúcio Cornélio Sula foi um dos chefes do partido aristocrático, eleito cônsul romano.

ordem, após assassinar os aliados de Mário e derrotar o seu filho, que também se chamava Mário³³. Após o conflito, o Senado se encontrava reduzido em número de membros, devido às matanças. Por isso, Sula levantou 300 novos senadores da ordem equestre. Tentou ainda proteger a aristocracia senatorial de autocratas que tentassem tomar o poder, o que com as reformas militares de Mário tendia a aumentar e, de fato, aumentou. Para essa proteção, aboliu e promulgou diversas leis com relação à questura, pretura e consulado, outorgados pelo Senado, com diversas proibições e tempos de serviço mais limitados. Também tornou menos atraente o cargo de Tribuno da Plebe³⁴ como forma de alcançar poder e novos cargos, ao fazer com que quem o exercesse não pudesse se qualificar para mais nenhuma outra função. E tornou a traição ao Estado digna de maior punição. Nada do que, claramente, deteve César na sua tomada de poder anos mais tarde³⁵.

Após o governo de Sula, três homens, Pompeu, Crasso e César, deram início ao processo que acabaria por representar o fim da República senatorial. Os dois primeiros haviam lutado por Sula³⁶. Pompeu era um chefe militar reconhecido, com muitos soldados a seu serviço; Crasso era riquíssimo. César, inicialmente de uma família patricia falida após a guerra civil, e sobrinho de Mário, por parte da esposa deste, Júlia, após conquistar as lealdades dos soldados das Gálias, reuniu um exército digno de fazer frente ao de Pompeu, e reviveu a força do partido populista romano.

Pompeu e Crasso, como cônsules, dominaram a sociedade, e o Senado se mostrou incapaz diante de ambos. O Senado ainda possuía o prestígio, mas os generais comandavam o poder de fato. Isso obviamente ia a favor desses homens, pois os senadores acompanhavam quem detinha o poder. Isto, na prática, reduziu o Senado a uma posição inferior aos ricos e poderosos senhores da guerra. Posição essa que iria se agravar ainda mais com César.

Pompeu, Crasso e César formaram um triunvirato, não oficial³⁷ – diferentemente do Segundo Triunvirato. Pompeu e Crasso não conseguiam estabelecer maioria para definir

³³Para mais detalhes sobre Mário e Sula, cf. PLUTARCO, *Sulla*, IV, 4; VI, 1, 2; VII-X (sobre as desavenças com Mário); XXII, 1, 2 (para o ataque de Mário a Roma); XXVII-XXIX (Sula retorna da guerra no Ponto e luta contra o filho de Mário).

³⁴ Mário havia se tornado cúmplice, secretamente, de Saturnino, um tribuno da plebe, que fez passar uma lei tornando impossível ao Senado se opor às decisões do povo, ou às decisões do tribuno. Isso pode explicar porque Sula decidiu deixar o cargo menos atraente. Segundo Plutarco, foi isso que precipitou Roma à tirania e à queda da República, por meio de armas e assassinatos (Cf. PLUTARCO, *Gaius Marius*, XXIX, 1-3; XXX, 1).

³⁵ Sobre o governo de Sulla, cf. PLUTARCO, *Sulla*, XXX-XXXI (sobre a tirania); XXXIII-XXXIV (sobre a ditadura e renúncia); SUETÔNIO, *Divus Iulius*, V (sobre a deterioração do poder tribunicio em prol do Senado); APIANO, *Bell. Ciuil.*, I, 100 (sobre as reformas de Sula); e dentre pesquisadores modernos cf. GRANT, 1967, p. 21.

³⁶ Cf. PLUTARCO, *Sulla*, XXVIII, 8; XXIX, 5; XXXIII, 3.

³⁷ Não era uma comissão legal, com validade jurídica, como o Segundo Triunvirato, apenas um acordo informal entre três homens poderosos. Segundo HARVEY (1987, p. 441), “consubstanciou-se em 60 um pacto entre

qualquer questão no Senado e ambos acabaram em lados opostos, cada um controlando uma parte do Senado. César era o menos poderoso dos três, mas sua família ainda possuía algum prestígio. Ele havia servido no exército de Crasso, na vitória contra Espártaco. Para romper esse impasse, surgiu como a figura de desempate, sendo alçado a cônsul em 59 a.C., para que se pudesse alcançar ora o objetivo de um, ora o do outro. César também foi comandante na Ilíria e na Gália, ao norte da Itália³⁸. Porém, atendendo a pedidos de seus aliados gauleses contra a ameaça dos Suevos, ele investiu sobre os territórios do que hoje seriam França e Bélgica e conquistou as Gálias para Roma, sob seu domínio. Logo, o Triunvirato não passava de um acordo verbal entre dois homens poderosos que deram poder a um terceiro, menor, mas que viria a dominar sobre todo o sistema como ditador e precederia a Augusto, o grande formador do Principado romano, chamado por vezes de o período do Império Romano, em oposição ao período da República, na qual os senadores dominavam.

Durante a República, o *imperium*, poder de comando absoluto sobre as tropas, era outorgado pelo Senado a procônsules, gerais em comando, que só exerceriam suas funções fora dos limites de Roma e da Itália, o que juridicamente se chamava *pomerium*. Manter-se com o *imperium* dentro desses limites era considerado uma violação dos limites do cargo e uma ameaça à própria Roma. Segundo Umberto Eco, “Se não se reconhecer uma fronteira quem *ultracitraque nequit nequit consistere recto*³⁹, não pode haver *civitas* nem cultura⁴⁰”.

Ao atravessar o rio Rubicão, em 10 de janeiro de 49 a.C., César não tem o *imperium* outorgado pelo Senado, mas a autoridade que seus soldados lhe davam. Era então o governador da província da Gália, ao norte da Itália. Entretanto, ele fez uma campanha sem autorização do Senado sobre os demais territórios gauleses⁴¹. Apesar de Roma ter se beneficiado com a conquista, os senadores, em especial o cônsul Pompeu, ficaram preocupados com o poder que César adquiriu e lhe mandaram retornar a Roma, sem o seu exército. Todavia, ele veio com o peso do seu poder militar, sendo uma grande violação a sua atitude de invadir o *pomerium* com suas tropas, uma violação com o precedente daquele que

César, Pompeu e Crasso, origem do chamado Primeiro Triunvirato pelo qual os três obtiveram uma posição dominante no Estado”.

³⁸ Cf. SUETÔNIO, *Divus Iulius*, XXII.

³⁹ A frase original pertence a Horácio (*Sermones*, I, 1, 106-107): “*Est modus in rebus, sunt certi denique fines, / quos ultra citraque nequit consistere rectum*” (“Há certas raiais entre as quais consiste, / nem mais cá, nem mais lá, o justo acerto”). Tradução de António Luís Seabra, In: HORÁCIO. *Sátiras*. São Paulo: Edipro, 2011).

⁴⁰ ECO, Umberto. *A linha e o labirinto: as estruturas do pensamento latino*, in: DUBY, Georges (Dir.). *A civilização latina: dos tempos antigos ao mundo moderno*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989, p. 26.

⁴¹ Para tanto, ver *Com. de Bello Ciuili*, onde o próprio César comenta seus feitos e como ele volta a Roma (Cf. JÚLIO CÉSAR, *De Bello Ciuili*, I; e ainda JÚLIO CÉSAR, *De Bello Gal.* I).

foi um dos aliados da aristocracia, Sula⁴². Daí o desconforto com o seu governo por parte do Senado. César era um triúviro, um homem poderoso, juntamente com Pompeu e Crasso. Esse triunvirato não era uma magistratura oficial, mas um acordo, e não era mais composta por três pessoas nesse período, já que Crasso havia falecido na Batalha de Carras, em 53 a.C. Logo, Pompeu e César eram os únicos homens poderosos dominando sobre Roma, com Pompeu ao comando do Senado, como cônsul único. Desse modo, César e Pompeu traziam à memória o conflito entre Mário e Sula; e, ainda mais, César tinha a capacidade de fazer aquilo que Sula havia feito antes de si, porém, aquele fez o oposto do que fez este em relação à aristocracia.

Após a sua vitória sobre Pompeu, diferentemente de Sula, César afrontou a aristocracia romana, assumindo em suas falas que o regime sob o qual viviam não era mais uma república, mas uma autocracia declarada:

(...) afirmava que a República não era nada mais do que um nome, sem corpo nem forma; que Sula devia ser um ignorante para ter abdicado à ditadura; que, futuramente, os que desejassem falar-lhe deveriam ter mais respeito e observar as palavras como se fossem leis (...). Esta maneira de agir pareceu a pior delas, pois ele próprio indignou-se quando apenas Pôncio Áquila não se levantou quando passava em triunfo diante das cátedras dos tribunos. Chegou a o ponto de gritar-lhe: 'Pois bem, tribuno Áquila, pede-me que devolva a República!'. E daí por diante não prometeu mais nada a ninguém, sem fazer a ressalva: 'Se, entretanto, Pôncio Áquila o permitir'⁴³ (SUETÔNIO, *Divus Iulius* 77-78).

Mostrava com isso que ele fazia o deboche até aos tribunos, que na República detinham enorme poder, sempre brevemente, mas vendo esse poder diminuindo gradualmente, antes mesmo de César.

Outro fator que dificultava a reação da aristocracia romana, além, é claro, dos exércitos, era o fato de que César era muito popular com a plebe, que o via com bons olhos, à semelhança de Mário. Buscavam um salvador para os abusos do Senado e César proporcionava isso ao povo através de suas políticas públicas em prol da população, o que era já um prenúncio da postura que os imperadores viriam a assumir para com a plebe até a queda do Império do Ocidente, e que faria com que esta perdesse sua autonomia completamente –

⁴² Mário também o fez, mas com o caráter de exilado, não de Cônsul, em plenos poderes, como Sula (Cf. PLUTARCO, *Caius Marius* XLIII, 1-3).

⁴³ (...) *nihil esse rem publicam, appellationem modo sine corpore ac specie. Sullam nescisse litteras, qui dictaturam deposuerit. Debere homines consideratius iam loqui secum ac pro legibus habere quae dicat (...). Idque factum eius tanto intolerabilius est visum, quod ipse triumphanti et subsellia tribunicia praetervehenti sibi unum e collegio Pontium Aquilam non assurrexisse adeo indignatus sit, ut proclamaverit: 'repete ergo a me Aquila rem publicam tribunus!' et nec destiterit per continuos dies quicquam cuiquam nisi sub exceptione polliceri: 'si tamen per Pontium Aquilam licuerit'* (<http://www.thelatinlibrary.com/suetonius/suet.caesar.html>, acessado em 16.10.2018). Trad. Sady-Garibaldi, In: SUETÔNIO, 2003, pp. 76-77.

autonomia essa que já definhava desde a época da República senatorial –, tornando-a apenas uma massa satisfeita ou insatisfeita.

César tinha renunciado a mudança de paradigma do poder que Augusto trouxe em seguida, mas falhou em conseguir se manter no comando, já que a sua autocracia trazia semelhanças aos tempos da monarquia, apesar de ter rejeitado o título de rei. Ele assumiu o título de ditador algumas vezes, em intervalos, durante a sua autocracia.

Todavia, o eleito para esta função pelo Senado, só poderia exercê-la durante o período de 6 a 18 meses, ou enquanto durasse a situação a ser resolvida, a qual necessitava do poder absoluto. Obviamente, esta última acabou sendo uma brecha legal, da qual os ditadores abusaram, em especial César, que abriu o precedente de ditador vitalício que Sula não havia estabelecido, apesar de ter tido a capacidade de fazê-lo⁴⁴.

Essa mudança de paradigma do poder, ainda em estágio inicial, da qual César se utilizou, se deu, de fato, pelo controle dos exércitos; e o foco do controle desse exército não estava mais na autoridade senatorial, que outorgava os poderes de Júpiter – o *imperium* –, mas a quem os soldados atribuíam as suas lealdades.

A lealdade dos soldados se concentrava, inicialmente, em torno daquele que os comandava habilmente nas batalhas e lutava suas lutas políticas diante do Senado, buscando dar mais benefícios a estes. Exemplo disso foi Pompeu, que buscou durante muito tempo, em seus impasses com Crasso, a outorga das terras a que seus soldados tinham direito, premiando aqueles cujo serviço chegara ao fim. Contudo, havia ainda a aquisição da lealdade por meio financeiro. Era comum, mais ainda durante o Império, que os comandantes e depois os imperadores, ao assumirem o controle das tropas, bonificassem a estas financeiramente em troca da sua lealdade. Durante o Império, diante da influência que a lealdade do exército exerce sobre a definição do novo *imperator*, é uma necessidade ter sempre ao seu lado o maior número de tropas possível. O exército levaria à ruína muitos homens ricos, comprando lealdades, e ainda ergueria e deporiam muitos imperadores com grande frequência e facilidade.

A assunção de César ao título de ditador vitalício, portanto, agravou ainda mais os maus olhos da aristocracia romana, que se viu privada dos privilégios e da escalada de cargos que conseguiam obter antes, no tradicional sistema republicano. Por esse motivo, aqueles que

⁴⁴ Cf. GRANT, 1967, pp. 19-20. Sobre o tempo limitado do cargo e como Sula abusou deste, apesar de abdicar depois, cf. APIANO, *Bel. Civil*. I, 99.

ainda possuíam algum poder e prestígio no Senado, muitos deles colocados lá pelo próprio César, como Bruto e Cássio – dois jovens –, o assassinaram, em uma conjuração em 44 a.C.⁴⁵.

Apesar disso, o caminho que César iniciou era sem volta, pois a República romana já não tinha condições de se sustentar da maneira como vinha sendo conduzida pelos senadores. Estes eram, naquele ponto, tão corruptos e o poder baseava-se tão mais em facções controladas por quem tivesse mais dinheiro e a lealdade dos exércitos, que não havia condições de o sistema funcionar da maneira idealizada por Cícero⁴⁶, baseado na “‘harmonia das classes’, que dependia do livre exercício das instituições republicanas⁴⁷”. Além disso, há tempos que os senadores romanos controlavam a República sozinhos, sem nenhuma oposição, nem mesmo por parte dos tribunos. É diante dessa situação que Otávio surge com força no cenário político romano.

O governo de Otávio⁴⁸ foi marcado por grande prosperidade para o povo romano e pelo início da famosa *pax romana*⁴⁹. Para alcançar o poder, utilizou-se de seu parentesco com Júlio César, bem como da aliança com duas outras personagens, ambas ligadas a César: o *Pontifex maximus*⁵⁰ Lépido⁵¹, e o líder da Facção Cesariana, Marco Antônio⁵². Estas três personagens formaram a comissão ditatorial conhecida como Segundo Triunvirato, a qual, de fato, foi estabelecida em processos legais, com os objetivos de vingar a César e reformar o Estado. Otávio tomou o poder a ambos; primeiro a Lépido e posteriormente a Marco Antônio

⁴⁵ Sobre as causas e o assassinato de César, bem como o fim que sofreram seus assassinos, cf. SUETÔNIO, *Divus Iulius*, 76-82 e 89.

⁴⁶ Cícero fala sobre isso na sua obra *Das leis*, baseado na conceituação de Platão para a harmonia das classes componentes do Estado (Cf. CÍCERO, *De Legibus*, I, 14, 20; III, 45). Essa conceituação de “harmonia das classes”, somada às críticas lançadas sobre Marco Antônio, nas *Filípicas*, instigaram os senadores e foram fonte de encorajamento contra a tentativa daquele de tomar o poder após a queda de seu senhor, César. (Cf. CÍCERO, *Philippicae*, I, 16-38; II, 44-144; e GRANT, 1967, p. 23).

⁴⁷ Cf. GRANT, 1967, p. 21.

⁴⁸ Augusto começa a assumir suas atividades políticas aos dezenove anos, segundo seu próprio relato: “Aos dezenove anos, formei um exército por minha iniciativa e às minhas custas” (*Annos undeuginti natus exercitum priuato consilio et priuata impensa comparauit*) – AUGUSTO, *Res gestae* I, 1). Trad. Matheus Trevizam e Antônio M. de Rezende, in: SUETÔNIO E AUGUSTO, 2007, p. 127.

⁴⁹ A *pax romana* foi um período de relativa paz, principalmente interna, vivida pelo povo romano desde a tomada do poder por Augusto até a morte de Marco Aurélio. Seu foco não está na ausência de guerras, pois muitas foram travadas durante esse período, especialmente as expansionistas, mas trata-se de escassez de conflitos internos. O período que antecedeu à posse de Augusto foi marcado por guerras civis, assim como o período após as mortes de Marco Aurélio e Cômodo, que lançaram o Império em um número expressivo de seguidas guerras civis que veriam sua conclusão apenas em 284 d.C. com Diocleciano.

⁵⁰ O *Pontifex maximus* era o líder da religião tradicional romana, chamada pagã após a instituição do Cristianismo como religião oficial. Era um cargo primordialmente religioso, que passou a vir em conjunto com as atribuições do imperador desde Augusto. César abriu esse precedente ao adotar ele mesmo o título durante sua autocracia e os papas assumiram este título, posteriormente.

⁵¹ Lépido foi um dos aliados mais importantes de Júlio César, tornando-se seu segundo em comando; tornou-se *Pontifex maximus* após a morte de César, buscando vingar o assassinato de seu antecessor (cf. HOLLAND, 2003, p. 208; SMITH, 1867, p. 766).

⁵² Marco Antônio foi soldado sob o período de César, alçado por este mesmo à carreira política (cf. DAVID 2000, pp. 245-246).

– este último somou forças com Cleópatra no Egito, mas foram ambos derrotados e o Egito tomado, consolidando a vitória de Otávio⁵³.

Otávio, ainda antes de se tornar Augusto, assim como César ao atravessar o rio Rubicão, se utilizou dos poderes tribunícios⁵⁴ para manter suas tropas dentro dos limites do *pomerium*, pois, como herdeiro de César, recebeu esses poderes e, posteriormente, os amalgamou à magistratura de *princeps*⁵⁵ entre os senadores. Ora, os tribunos, como defensores do povo, tinham a permissão de manter sua função militar, mesmo dentro da cidade, diferentemente daqueles que detinham os poderes proconsulares, que o perdiam ao entrar nos limites da cidade; isso dava, em tese, permissão a Otávio de permanecer na cidade, mesmo que isso rompesse a proibição ao detentor do *imperium*. Outro poder que o tribuno possuía era o seu direito de *intercessio*, direito de proteção global do povo romano, que representava o poder de vetar a ação de qualquer magistrado e ainda do Senado romano, impossibilitando este mesmo Senado de impetrar qualquer ação contra as suas atitudes, tornando-o inviolável⁵⁶.

Obviamente, isso era um rompimento com o princípio fundamental no qual se baseou a criação do cargo de Tribuno da Plebe, durante a República. Este cargo tinha, por objetivo primário justamente defender o povo daqueles que detinham os *fascēs*⁵⁷; impedir que estes detentores do *imperium* proconsular viessem a abusar dos seus poderes a favor do patriciado, em detrimento da plebe. Ao unir ambos os cargos e funções, anula-se a proteção jurídica dada ao povo, colocando-a na *bona fides* de um único homem, detentor dos poderes proconsulares, justamente o que se procurava evitar com o poder enorme do tribuno; exatamente esse o tipo de situação da qual se buscava defender o povo. Porém, aquele que deveria ser o órgão que

⁵³ Cf. DÍON CÁSSIO, *Hist. Rom.* XLIX, 1-18 (sobre a derrota de Lépido); LI (sobre a derrota de Marco Antônio e Cleópatra e a conquista do Egito); e GRANT, 1967, p. 24.

⁵⁴ Em tese, apenas os participantes da classe social plebeia poderiam exercer o poder tribunício (Cf. TITO LÍVIO, *Ab Vrbe cond.* II, 33), como Clódio, que teve que abdicar da sua nobreza para ser encarregado como Tribuno da Plebe. Entretanto, César passa por cima dessa limitação ao receber a *tribunicia potestas*, o poder tribunício, sem ser de fato um tribuno (Cf. DÍON CÁSSIO, *Hist. Rom.* XLII, 20), abrigado pela sua postura de defensor da plebe contra os abusos do Senado, e graças, certamente, ao seu poder militar. Augusto consegue resgatar os mesmos privilégios de César, como seu herdeiro, acrescida a proteção que detinham exclusivamente os tribunos: proteção de palavras ou ações contra sua pessoa, ou a inviolabilidade dos tribunos (Cf. DÍON CÁSSIO, *Hist. Rom.* XLIX, 15, 5-6); sendo esta estendida também, depois, à sua família (Cf. DÍON CÁSSIO, *Hist. Rom.* XLIX, 38, 1).

⁵⁵ Cargo este que já existia há tempos, como sendo o senador de maior prestígio entre os demais nas listas de senadores, o primeiro entre os senadores.

⁵⁶ Vd. TITO LÍVIO, *Ab Vrbe cond.* II, 33, 1; e III, 55, 10. E ainda DÍON CÁSSIO, *Hist. Rom.* XLIX, 15, 5-6.

⁵⁷ Segundo HARVEY (1987, p. 226), tratavam-se de “feixes de varas de madeira amarradas com uma tira vermelha, encimados por um machado, originariamente o símbolo da autoridade do rei e transferido dele para os altos magistrados romanos”.

zelaria pela manutenção dessa separação de poderes, o Senado, não detinha, com efeito, mais nenhum poder de intervenção sobre Otávio.

O cenário estabelecido acima, e o que dele sucede, é observado, inicialmente, como o responsável pelo grande período de prosperidade que Otávio mostrou prenunciar. E, de fato, o Império cresceu até suas extensões máximas durante esse período⁵⁸, mas também foi neste período que a decadência gradativa do domínio de Roma surgiria.

2.3 Principado, guerras civis e *dominatio*: prenúncio do fim

Após o estabelecimento do Principado por Otávio (c. 27 a.C.)⁵⁹, diversas mudanças ocorreram na sociedade romana. A principal delas foi o reposicionamento, não oficial⁶⁰, do poder, que saiu das mãos de uma aristocracia senatorial, que controlava há séculos todos os aspectos da vida romana, para o controle do primeiro entre os senadores, o *princeps senatus*. Esse reposicionamento acarretou, na prática, no controle de todo o mundo romano por um único homem, com poderes *ditatoriais* vitalícios.

Entretanto, esse poder diferia do poder do monarca, durante o Reinado. O Principado era uma magistratura, não um poder hereditário, cujo possuidor era um descendente de uma divindade ou de um escolhido de uma divindade. Em tese, o *princeps senatus* era uma posição dentro das magistraturas, assim como os demais senadores, cônsules, pretores e outros. Esse magistrado, no entanto, era na prática o mandante do sistema, concentrando a autoridade para definir os rumos do Império, de forma autocrática.

Ora, foi essa centralização o ponto focal que trouxe aos imperadores subsequentes as ferramentas necessárias para manter e expandir o domínio romano e manter coeso o Império, não apenas por causa, mas apesar das forças militares, que desde Caio Mário passaram a fazer sombra sobre a autoridade do Senado, gerando instabilidade interna.

Otávio conseguiu manter a unidade romana, assim como toda a sociedade coesa, ao mesmo tempo em que deturpou as normas criadas para estabelecer a República e a manter,

⁵⁸ Segundo GRANT (1967, p. 31), o Império alcançou a sua maior extensão durante o governo de Trajano, entre 98 e 117 d.C.

⁵⁹ Cf. DÍON CÁSSIO, *Hist. Rom.* LIII, 3-5 (sobre o discurso de retorno do poder ao Senado, iniciando oficialmente o *Principado*).

⁶⁰ Pois, oficialmente, o Senado recebeu de volta o poder de Augusto, mas não de fato.

pois não havia mais a divisão necessária para a manutenção isenta do sistema⁶¹, antes havia a unidade nas mãos de uma única pessoa.

Augusto buscou manter sua criação através de seus sucessores, mas não obteve sucesso na empreitada. Os reinados seguintes aos dele foram marcados por excessos, mortes e escândalos. Entretanto, não nos focaremos neste ponto, nosso foco está nos governos mais marcantes desse período, o princípio e o fim da *pax romana*, Otávio Augusto e Marco Aurélio, pois após a morte deste e de seu filho, Cômodo, as guerras civis retornaram e lançaram fora a estabilidade que Otávio Augusto trouxe.

Ainda durante o período do Principado, Marco Aurélio (reinado: 161-180 d.C.), norteado pela filosofia estoica, presenciou conflitos com povos do sul da Germânia, como os Marcomanos e os Quados, que espoliaram o Norte da Itália, investindo contra os Armênios e conquistando seus territórios. Após sua morte, seu filho, Cômodo, assumiu o Império, contrariando a política que vinha sendo adotada desde Otávio Augusto, de manter no poder o mais apto e não necessariamente a prole do imperador⁶². Isso era realizado por meio de adoções fortificadas por casamentos. Porém, Marco Aurélio designou Cômodo como seu sucessor, o que teria consequências drásticas para as províncias ocidentais, principalmente, mas também para todo o Império, pois o seu assassinato (em 192 d.C.) – resultado final de uma série de decisões e atitudes mal vistas pelos poderosos do Império – lançaria o Principado em uma série de guerras civis avassaladoras para a estrutura e unidade do Império⁶³.

O ano de 193 d.C. foi marcado pelo governo de três imperadores: Pertinax, Dídio Juliano e Sétimo Severo. Os dois primeiros foram assassinados, com o terceiro tomando o governo e dando início ao que chamaremos de Dinastia Severa (193-217 d.C.; restaurada de 218 até 235 d.C.), que tem seu fim com o assassinato de Alexandre Severo.

Pertinax foi um grande exemplo do poder que o exército possuía, especialmente a guarda pessoal do imperador, a chamada Guarda Pretoriana⁶⁴. Esta leiloou o cargo de imperador, comprado por Pertinax. Além de uma grande degradação do cargo, colocado como mercadoria, essa atitude gerou ainda um precedente: o exército romano colocaria os

⁶¹ Novamente, retomamos CÍCERO (*De legibus*) e suas divisões sociais, baseadas nas ideias de Platão.

⁶² Como tudo que Otávio Augusto fez, foi para manter o poder de César, no campo das armas, ao mesmo tempo em que apaziguava as elites senatoriais, no campo ideológico, retornando ao passado romano, tanto cultural, quanto religioso, para legitimar seu governo; buscou também mais essa referência ao passado romano, pois essa prática era também adotada para definir os senadores, na antiga República.

⁶³ Cf. GRANT, 1967, pp. 42-43.

⁶⁴ A Guarda Pretoriana tinha como função guardar o *praetorium* (o pretório, o acampamento central) durante o estabelecimento das legiões romanas em determinado território; era onde os oficiais das legiões ficavam instalados. Entretanto, Otávio transformou a já existente Guarda Pretoriana na guarda pessoal do imperador.

imperadores como reféns daquilo mesmo que outorgava o poder destes, a força militar⁶⁵. A Guarda Pretoriana ergueu e derrubou imperadores durante o período das guerras civis que se seguiram à morte de Cômodo, até que seus poderes fossem limitados por Sétimo Severo. Depois, entretanto, as legiões de fronteira cumpriram a mesma função de legitimadoras e algozes de imperadores⁶⁶.

Sétimo Severo, governador da Panônia Superior, era cartaginês (púnico⁶⁷), de origem africana, de Leptis Magna, província da África Proconsular. Seu governo foi majoritariamente militar, tendendo a favorecer o exército como estratégia de manutenção do poder. De fato, em seu leito de morte, teria afirmado que seus filhos deveriam enriquecer os soldados e darem pouca importância às outras classes⁶⁸.

Durante o governo de Sétimo Severo, em 196 d.C., apenas quatro anos após a morte de Cômodo, o povo estava cansado dos conflitos e pedia paz; mal sabia este, entretanto, que os conflitos estavam apenas no começo. O historiador Díon Cássio fala sobre uma manifestação popular feita de maneira bastante impactante, reclamando das guerras constantes e clamando por paz. Essas manifestações populares, segundo Díon Cássio, deixaram a elite senatorial com os ânimos apreensivos⁶⁹.

Entretanto, essas reclamações e pedidos por paz não conseguiam parar a alternância de poder e a destruição causada pelas guerras civis. Afinal, como dissemos, o poder estava nas mãos de quem detinha os exércitos, não nas mãos do Senado, muito menos nas mãos do povo. Todavia, essa manifestação mostrou o profundo desagrado da população romana diante do caos que se instaurou.

Após Sétimo Severo, o poder passou pelas mãos de Geta, seu filho mais velho; Caracala, seu filho mais novo, foi responsável por estender a cidadania a todos os romanos, em 212 d.C., e também por assassinar o próprio irmão; Macrino; Diadumeniano; Heliogábalo; e Alexandre Severo, cujo assassinato lançou o Império na chamada Crise do Terceiro Século (235-284 d.C.).

Alexandre havia dado mostras de retornar ao Senado sua preponderância. Segundo Herodiano, Alexandre Severo deu o poder de decisão de volta ao Senado e nada era decidido senão após a deliberação e aprovação do Senado. Os apontamentos das magistraturas eram

⁶⁵ “O representante da *respublica*, o chefe do Estado, déspota todo-poderoso e temível, torna-se no escravo submisso de um monstro de cem cabeças (...): o exército dito *romano*” (*sic*, LOT, 1980, p. 24).

⁶⁶ Cf. LOT, 1980, p. 23.

⁶⁷ Cf. GRANT, 1996, p. 7.

⁶⁸ Cf. DÍON CÁSSIO, *Hist. Rom.* LXXVII, 15, 2, 3.

⁶⁹ Cf. DÍON CÁSSIO, *Hist. Rom.* LXXVI, 1-6.

feitos por ele, mas cabia ao Senado proceder à designação oficial. Não apenas isso, mas também sua mãe, Júlia Mameia, controlava o reino como sua regente, juntamente com a mais experiente Júlia Mesa. As duas mulheres, ainda segundo Herodiano, realizaram um diligente esforço em prol do retorno do governo a algo moderado e respeitável. O povo, o exército e o Senado, inicialmente, estavam agradados desse novo Império aristocrático. Entretanto, o ânimo dos soldados variou após decidirem que o Imperador se mostrava remisso e covarde na guerra e lhes incomodou o fato de mulheres dominarem sobre o Império. Os soldados definiram que Maximino seria o novo imperador. Diz-se “definiram”, pois Maximino tendeu a recusar; entretanto, após ser ameaçado pelos soldados, resolveu aceitar a imposição, resultando na morte do último imperador Severo⁷⁰.

As ideias de Alexandre Severo de criar um império senatorial dependiam única e exclusivamente de sua figura individual, como homem e imperador detentor do poder. Após seu assassinato, suas conquistas também caíram por terra, bem como a unidade e a estabilidade do Império. Cada um que detinha o poder imaginava o Império à sua maneira e a única coisa que determinava quem governava ou não era simplesmente seu sucesso militar sobre seus oponentes. Após a morte de Alexandre, iniciou-se o pior conflito civil de Roma, o mais longo e o mais sangrento, no que tange ao morticínio de imperadores.

Essa crise foi caracterizada por um número muito elevado de guerras civis simultâneas e consecutivas, sendo conhecida também pelo período de anarquia militar, 235-268 d.C.; fase durante a qual, se um imperador conseguisse ficar por três anos no poder, podia-se considerá-lo bem sucedido. A alternância do poder era rápida e, nesse período de trinta e três anos, dezesseis pessoas assumiram o posto de imperador. O último desta lista foi Galiano (reinado: 253-268 d.C.), filho de Valeriano (reinado: 253-260 d.C.), que enfrentaria sozinho, após a morte de seu pai, com quem havia governado em conjunto, uma crise ainda mais grave, com uma divisão real do Império Romano em três impérios distintos, cada um dominado por um imperador, dois dos quais foram nomeados de acordo com a região que representavam, mostrando já uma identificação regional local, como nas Gálias, por exemplo, local cuja maior parte, mais especificamente as regiões ao norte da Aquitânia, ficavam distantes das cidades costeiras do Mediterrâneo, mais urbanas e civilizadas. Esta região seria o berço do domínio dos Francos em um futuro não muito distante⁷¹.

O conflito durou de 260 a 274 d.C., sendo o Império Romano, dominado por Galiano; o Império das Gálias, dominado por Póstumo; e o Império de Palmira (Egito, Síria, Judeia e

⁷⁰ Cf. HERODIANO, *Hist. Rom.* VI; e *Hist. Augustae, Severus Alexander*.

⁷¹ Cf. EUTRÓPIO, *Brev. Hist. Rom.* IX, 7, 7-11, 2.

Arábia), dominado por Odenato. As guerras foram longas, com muitas trocas de territórios. A reunificação só viria durante o governo de Aureliano, de origem ilírica, mais capaz militarmente, iniciando o processo de mudança do Principado para a *dominatio*⁷². Entretanto, as guerras continuavam e muitos assassinatos punham fim a governo após governo, até que Diocleciano chegou ao poder.

Diocleciano tentou pensar uma divisão oficial para os domínios imperiais, o que não deixou de ser uma maneira de tentar se libertar das limitações impostas pelo regime do Principado, muito focado nos exércitos, que agitava generais contra generais em um número sem fim de guerras. O imperador buscou trazer estabilidade e um futuro a um sistema já completamente decadente. Para tanto, procurou diluir o poder entre partes integradas e com certa independência dentro de seu próprio território, mas dependentes do poder do *augustus* sênior⁷³.

Diocleciano propôs a divisão do Império em dioceses com o objetivo de diminuir a autoridade dos prefeitos, que incitaram com suas tropas conflitos civis e deram ordens de assassinatos de imperadores. Ele instituiu outro *augustus* menor na relação de poder: Maximiano. Logo, dividiu-se o Império em quatro partes, chamadas tetrarquias: Diocleciano dominou nas províncias orientais⁷⁴ e no Egito; Maximiano Herculio na Itália, Hispânia e África Proconsular; Maximiano Galério sobre as províncias balcânicas e Constâncio Cloro sobre a Bretanha e a Gália⁷⁵. Essas divisões foram protegidas por laços de casamento entre suas respectivas famílias, como diz Eutrópio:

Así, la situación era confusa en todo el mundo: Carausio se rebelaba en Britania, Aquileo en Egipto, los quinquagencianos atacaban África y Narseo hacía la guerra en Oriente; Diocleciano ascendió de César a Augusto a Maximiano Herculio e hizo Césares a Constancio y a Maximiano, de los que se dice que Constancio era nieto de Claudio por su hija y que Maximiano Galerio había nacido en Dacia no lejos de Sérdica. Para unirlos también por lazos de parentesco, Constancio tomó como esposa a Teodora, hijastra de Herculio, de la que tuvo más tarde seis hijos, hermanos de Constantino, mientras que Galerio se casó con Valeria, hija de Diocleciano, después de ser obligados ambos a repudiar a las esposas que tenían⁷⁶ (EUTRÓPIO, *Brev. Hist. Rom.* IX, 22, 1-2).

⁷² Cf. EUTRÓPIO, *Brev. Hist. Rom.* IX, 13-19, 2; e LOT, 1980, pp. 22-26.

⁷³ Cf. EUTRÓPIO, *Brev. Hist. Rom.*, IX, 22, 1.

⁷⁴ Ásia, Ponto e Síria.

⁷⁵ As divisões coincidiram com os locais de campanha que realizaram esses quatro, enquanto generais (Cf. EUTRÓPIO, *Brev. Hist. Rom.* IX, 22, 2-25, 1; e LOT, 1980, p. 28).

⁷⁶ “[22] *Ita cum per omnem orbem terrarum res turbatae essent, Carausius in Britanniiis rebellaret, Achilles in Aegypto, Africam Quinquagenciani infestarent, Narseus Orienti bellum inferret, Diocletianus Maximianum Herculium ex Caesare fecit Augustum, Constantium et Maximianum Caesares, quorum Constantius per filiam nepos Claudii traditur, Maximianus Galerius in Dacia haud longe a Serdica natus. Atque ut eos etiam adfinitate coniungeret, Constantius privignam Herculii Theodoram accepit, ex qua postea sex liberos, Constantini fratres, habuit, Galerius filiam Diocletiani Valeriam, ambo uxores, quas habuerant, repudiare compulsi*”

Buscou-se reduzir a centralidade do poder, principalmente para reduzir a capacidade de causar danos internos, mas também para melhorar a capacidade de defesa externa⁷⁷.

Porém, apesar de dar algum tempo a mais ao Império, isso terminou por diminuir ainda mais a autoridade do nome *romanus*⁷⁸, a longo prazo, que desde Caracala já havia sido estendido a todas as populações do Império. A própria escolha de Diocleciano, um romano provinciano, de dominar sobre o oriente, ao invés de dominar sobre Roma, já mostra uma mudança de postura em relação aos antigos senadores republicanos e aos imperadores anteriores, especialmente os do início do Principado, que davam centralidade a Roma, nessa altura quase uma cidade relíquia, como um museu que mantinha a história e a unidade do império, à distância. Nem mesmo a Itália era a capital, cuja esfera de influência foi deslocada em direção ao norte, para a Gália Cisalpina, para facilitar a proteção do território, haja vista que os líderes eram militares e precisavam estar perto dos conflitos, tanto internos quanto externos.

O Império começa a seguir no rumo que os bárbaros o encontrarão quando da invasão dos Hunos sobre os seus territórios germanos: sem identidade, mantido à base da força de vontade dos detentores do poder militar, que começam a se transformar cada vez mais em *domini*, mesmo sem a ascendência divina, da qual prescindiam os reis antigos e tribais, como os bárbaros. O cargo, sim, possui tal “divindade”, seus detentores são *escolhidos pelos deuses*, e também têm a prerrogativa de serem divinizados⁷⁹ após a sua morte. Em oposição, dentre os imperadores desse período de guerras civis, alguns, como o próprio Diocleciano, filho de um liberto, são de origem humilde. Tornam-se *domini*, em oposição a *principes*, não são mais os primeiros entre os senadores, pois o Senado já não faz parte da estrutura de poder, sendo-lhes, inclusive, vedada a sua aproximação. Os imperadores são simplesmente senhores, os detentores do poder. Isso começa a influenciar a mentalidade do povo romano, que se vê sob uma autoridade cada vez mais monárquica, pautada pela troca de favores e intrigas dos mais

(<https://www.thelatinlibrary.com/eutropius/eutropius9.shtml#22>, acessado em 12.03.2019). Utilizamos aqui a tradução em espanhol de Emma Falque in: EUTRÓPIO, 2008, pp. 131-132, por não termos tido acesso a nenhuma tradução em português do referido excerto.

⁷⁷ Maximiano Herculéio foi designado como *caesar*, inicialmente, para defender o Império das invasões dos francos e dos saxões (Cf. EUTRÓPIO, *Brev. Hist. Rom.* IX, 20, 3); e depois foi designado como *augustus*, após diversos conflitos internos, dentre eles a tomada da Bretanha por Caráusio e pelo menos mais outros três conflitos surgidos (Cf. EUTRÓPIO, *Brev. Hist. Rom.* IX, 22, 1); Constâncio Cloro lutou contra os alamanos invasores em Lingones, atual Langres (Cf. EUTRÓPIO, *Brev. Hist. Rom.* IX, 23); e Galério foi enviado também para lutar na Armênia (Cf. EUTRÓPIO, *Brev. Hist. Rom.* IX, 24, 1).

⁷⁸ Isso é importante exclusivamente pelo fato de os romanos cidadãos insistirem em se segregarem dos demais romanos provincianos durante toda a história de Roma.

⁷⁹ Importante notar que o caráter divinizante do cargo, aqui abordado, não implicaria em torná-los divinos, apenas que seriam cultuados; elevados a outro *status*, mais tarde assemelhando-se à canonização dos santos.

próximos ao imperador, o que facilitará⁸⁰ bastante o processo de dominação dos reis bárbaros, haja vista que o próprio império se aproxima de uma estrutura mais privada do que pública, assim como na cultura germana, na qual as terras e as pessoas eram “posse” do rei, dominador militar, cuja força era a melhor representação da sua autoridade. Havia, contudo, a clara concepção de que os imperadores não eram reis; eram *domini*, senhores, mas não reis. E foi nesse ponto que os bárbaros buscaram a aproximação da figura dos imperadores, diante da população, não tomando a púrpura, mas representando o mesmo domínio militar e privado⁸¹.

Após as mudanças trazidas por Diocleciano, que abdicou do cargo, obrigando seu companheiro, Maximiano Herculéio, a fazer o mesmo, surgem diversos conflitos entre os novos césares e augustos, dos quais Constantino sai vitorioso⁸².

Entretanto, não há mais tempo para que se fale das numerosas mudanças políticas, culturais e, principalmente, religiosas de Constantino. Conforme especificado no começo deste trabalho, não é possível tratar de toda a extensão do assunto apenas neste documento. Portanto, seguindo desde a formação de Roma por Rômulo até a nova organização de Diocleciano, paramos neste, sem adentrar com detalhes em Constantino, que, de fato, trouxe mudanças muito profundas ao Império e tem uma participação deveras expressiva nos fins do Império Romano do Ocidente. À vista disso, deixamos para futuras ocasiões que permitam uma abordagem mais ampla tanto do citado imperador, como dos bárbaros, suas invasões, conquistas, fixações às terras e seu desenvolvimento como sociedades novas e mistas.

⁸⁰ Facilitará nesse aspecto, pois os conflitos religiosos entre cristãos arianos (bárbaros) e cristãos nicenos (romanos), compensará essa facilidade com muitas dificuldades, até que essa barreira seja superada e se observe uma união dos povos, como entre os Hispano-romanos e os Galo-romanos com os Visigodos e os Francos, respectivamente.

⁸¹ Segundo LOT (1980, pp. 183-194), as estruturas psicológicas da população romana foram alteradas pelas alterações políticas da época da *dominatio*. O “espírito público” se aproxima de um “espírito privado”.

⁸² Cf. EUTRÓPIO, *Brev. Hist. Rom.* X, 2-6.

3. Conclusão

Nesta pesquisa, cuja linha seguida foi literário-histórica, nos fundamentamos em alguns autores clássicos, tanto em língua grega quanto latina, mais especificamente historiadores e biógrafos, utilizando traduções para o português e para o espanhol; ainda outros autores clássicos serviram para clarificar aspectos mais específicos; também foram utilizados pesquisadores modernos, como Courcelle, cujos acréscimos sobre as invasões bárbaras, geradoras dessa pesquisa, muito auxiliaram no processo; Grant, que foi de grande valia para a compreensão do mundo romano; e Lot, cuja organização trouxe a ligação entre os dois períodos, que buscávamos, mas não havíamos encontrado até então. Ainda outros historiadores e lexicógrafos contribuíram para a elaboração do projeto.

Buscamos, com o auxílio de todos estes, evidenciar a influência do poder militar, assim como a autoridade e o domínio sobre este na modelagem do Império Romano, até a queda de sua parte ocidental. Tais autores, em sua maior parte historiadores, puderam ajudar a elucidar como essa alternância de poder ocorreu, especialmente aqueles que escreviam após os acontecimentos das guerras civis pós-marianas, de César e Augusto, tendo visto tudo o que estas representaram na história romana.

De fato, concluímos que a força militar romana, profundamente alterada pelas reformas de Caio Mário, mudaram completamente a dinâmica de alianças dos soldados para com a República senatorial. Esta deveria sempre, com os interesses do povo romano em mente, dominar com sua autoridade sobre as armas do Império. Entretanto, a mudança de paradigma que as reformas marianas proporcionaram transformou a sociedade romana, trazendo à tona uma classe social com plenos poderes, a militar⁸³.

A princípio, estadistas ambiciosos, como Augusto, tiraram proveito deste movimento, até que a força militar se apercebeu de sua força⁸⁴, e, livre de suas amarras senatoriais e até mesmo das lealdades aos seus generais, passou a definir por si própria os rumos do *imperium*.

Os imperadores surgiam, então, dessa categoria militar e o cargo de Imperador tornou-se o final de uma carreira militar de sucesso. Isso obviamente levou a pensar que muitas guerras internas deveriam ser travadas e foram, até Diocleciano. Com este, o que era magistratura pública tornou-se poder privado, e até mesmo a força militar romana, limitada

⁸³ Classe esta que assumiu a preponderância sobre as outras duas: a aristocracia senatorial e o povo romano.

⁸⁴ Após Marco Aurélio, grande general que mostrou a extensão do poderio romano e, especialmente, após o desastre que Cômodo representou, tanto como imperador, quanto como estadista, o exército, mais especificamente a guarda pretoriana, julgou ter a capacidade de tomar o poder; e estava correto.

cada vez mais, devido aos perigos que trazia, esvaziou-se, a pouco e pouco, também, nos governos seguintes, sendo substituídas pelas forças bárbaras.

Através deste poder privado, o Império Romano pôde enxergar uma sobrevivência, mas já muito afastado de sua identidade. Identidade esta que até o período das invasões bárbaras se distanciou ainda mais, ao ponto de, quando os bárbaros a invadiram, não haver mais que um invólucro romano, sem conteúdo para defendê-lo, completamente à mercê destes. Disto, porém, esperamos tratar em outra ocasião.

4. Referências bibliográficas

a) Fontes antigas

CÍCERO. *Discursos VI: Filípicas*. Introducción, traducción y notas de María José Muñoz Jiménez. Madrid: Editorial Gredos, 2006. Texto latino in: <https://www.thelatinlibrary.com/cicero/phil1.shtml> (site acessado em 28.01.2019).

_____. *Las leyes*. Traducción, introducción y notas de Carmen Teresa Pabón de Acuña. Madrid: Editorial Gredos, 2009. Texto latino in: <https://www.thelatinlibrary.com/cicero/leg.shtml> (site acessado em 15.01.2019).

DÍON CÁSSIO. *Historia Romana: libros XLVI-XLIX*. Traducción y notas de Juan Pedro Oliver Segura. Madrid: Editorial Gredos, 2011.

_____. *Historia Romana: libros L-LX*. Traducción y notas de Juan Manuel Cortés Copete. Madrid: Editorial Gredos, 2011.

_____. *Historiae Romanae*. Texto grego in: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A2008.01.0593%3Abook%3D1> (site acessado em 25.02.2019).

_____. *Dio's Roman history in nine volumes: IX*. Trad. Earnest Cary, baseado na versão de Herbert Baldwin Foster. Cambridge: Harvard University Press, 1956.

EUTRÓPIO. *Breviario: libro de los Césares*. Introducción, traducción y notas de Emma Falque. Madrid: Editorial Gredos, 2008. Texto latino in: <https://www.thelatinlibrary.com/eutropius.html> (site acessado em 12.03.2019).

HERODIANO. *Historia del Imperio Romano después de Marco Aurelio*. Introducción, traducción y notas de Juan J. Torres Esbarranch. Madrid: Editorial Gredos, 1985.

HORÁCIO. *Sátiras*. Trad. António Luís Seabra. São Paulo: Edipro, 2011.

JÚLIO CÉSAR. *Guerra Civil*. Introdução e notas de Pere J. Quetglas e tradução de Julio Calonge e Pere J. Texto latino in: <https://www.thelatinlibrary.com/caesar/bc1.shtml> (site acessado em 15.03.2019).

_____. *La Guerra de las Galias con las notas de Napoleón*. Traducción del latim (sic) por José Goya Muniáin y Manuel Balbuena. Barcelona: Ediciones Orbis, 1986. Texto latino in: <https://www.thelatinlibrary.com/caesar/gall1.shtml> (site acessado em 15.03.2019).

PLUTARCO. *Vidas paralelas II: Solón - Públicola – Temístocles - Camilo - Pericles - Fabio Máximo*. Introducción, traducción y notas de Aurelio Pérez Jiménez. Madrid: Editorial Gredos, 2008. Texto grego, in: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3atext%3a2008.01.0086> (site acessado em 26.02.2019).

_____. *Vidas Paralelas IV: Aristides – Catón – Filopemén – Flaminino – Pirro - Mario*. Introdução, tradução e notas de Juan M. Guzmán Hermida e Óscar Martínez García. Madrid: Editorial Gredos, 2007. Texto grego in: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3atext%3a2008.01.0132> (site acessado em 01.03.2019).

_____. *Vidas Paralelas V: Lisandro – Sula – Cimón - Lúculo – Nicias - Craso*. Introdução, tradução e notas de Jorge Cano Cuenca, David Hernández de la Fuente e Amanda Ledesma. Madrid: Editorial Gredos, 2007. Texto grego in: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Plut.+Sull.+1.1&fromdoc=Perseus%3Atext%3A2008.01.0126> (site acessado em 03.03.2019).

POLÍBIO. *História pragmática, livros I a V*. Trad. Breno Battistin Sebastiani. São Paulo: Perspectiva; Fapesp, 2016.

_____. *Historias: libros I-IV*. Prefación de A. Díaz Tejera; traducción de Manuel Balasch Recort. Madrid: Editorial Gredos, 1981. Texto em Grego in: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.01.0233> (site acessado em 13.01.2019).

SCRIPTORES Historiae Augustae. Translated by David Magie. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

SUETÔNIO. *A vida dos doze Césares*. Apresentação de Carlos Heitor Cony; tradução de Sady-Garibaldi. 2ª ed. São Paulo: Ediouro, 2003. Texto latino in: <https://www.thelatinlibrary.com/suetonius/suet.caesar.html> (site acessado em 16.10.2018).

SUETÔNIO E AUGUSTO. *A vida e os Feitos do Divino Augusto*. Trad. Matheus Trevizam; Paulo S. Vasconcellos; Antônio M. de Rezende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

TÁCITO. *Anais*. Prefácio de Breno Silveira; tradução de J. L. Freire de Carvalho. São Paulo: W. M. Jackson Ed., 1950. Texto latino in: <https://www.thelatinlibrary.com/tacitus/tac.ann1.shtml> (site acessado em 10.02.2019).

TITO LÍVIO. *História de Roma: Ab Urbe condita libri*. Introdução, tradução e notas de Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Editora Paumapé, 1989. Texto latino in: <https://www.thelatinlibrary.com/liv.html> (site acessado em 04.03.2019).

b) Bibliografia complementar

BEARD, Mary Ritter. *S.P.Q.R.: uma história da Roma Antiga*. Trad. Luis Reyes Gil. São Paulo: Planeta, 2017.

CARY, Earnest. *Dio's Roman history*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press; London: William Heinemann, 1955.

COURCELLE, Pierre. *História literária das grandes invasões germânicas*. Trad. Frei Evaristo Paulo Arns. Petrópolis: Editora Vozes, 1955.

DAVID, Jean-Michel. *La République Romaine de la deuxième guerre punique à la bataille d'Actium*. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

ECO, Umberto. A linha e o labirinto: as estruturas do pensamento latino, in: DUBY, Georges (Dir.). *A civilização latina: dos tempos antigos ao mundo moderno*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

GIARDINA, Andrea. *O homem romano*. Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Presença, 1992.

GIORDANI, Mário Curtis. *Direito penal romano*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

GLARE, P. G. W. (Ed.). *Oxford Latin Dictionary*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

GRANT, Michael. *The Severans: the changed Roman Empire*. London: Routledge, 1996.

_____. *O mundo de Roma*. Trad. Jorge Sampaio. Lisboa: Arcádia, 1967.

GRIMAL, Pierre. *A civilização romana*. Trad. Isabel St. Albyn. Lisboa: Edições 70, 2009.

_____. *A história de Roma*. Trad. Rita Canas Mendes. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2008.

HARVEY, Paul. *Dicionário Oxford de literatura clássica: grega e latina*. Trad. Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

HOLLAND, Tom. *Rubicon: the triumph and tragedy of the Roman Republic*. London: Hachette Digital, 2003.

LOT, Ferdinand. *O fim do mundo antigo e o princípio da Idade Média*. Trad. Emanuel Godinho. Braga: Pax, 1980.

SMITH, William, Sir. "Lepidus (17)", in: *Dictionary of Greek and Roman biography and mythology*. Boston: Little Brown and Co., 1867 (<https://quod.lib.umich.edu/m/moa/ACL3129.0002.001/776?rgn=full+text;view=image>, site acessado em 02.04.2019).

TORRINHA, Francisco. *Dicionário latino-português*. Porto: Gráficos Reunidos LDA, 1942.